

# Da imprensa

## CARTAS DE UM VISIONÁRIO

*Olímpio Cruz Neto, da equipe do Correio*

*Funai resgata documentos inéditos do Marechal Cândido Rondon, pai do indigenismo e patrono das Comunicações. Papéis mostram sua percepção dos problemas nacionais.*

Um país é construído observando e seguindo os ensinamentos e os conselhos dos seus mais estimados homens públicos. Na história do indigenismo brasileiro, o nome do Marechal Cândido Rondon é motivo de orgulho. Ele é considerado o pai do movimento indigenista, sendo responsável por forjar o caráter humanista das políticas públicas do Estado brasileiro para os primeiros habitantes do país. Agora, documentos inéditos localizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) atestam o caráter visionário desse militar de alma e sangue indígenas. Tratam-se de duas cartas encontradas por funcionários da Funai na sede da administração regional do órgão em Amambaí, no Mato Grosso do Sul. A correspondência é antiga. Uma das cartas data de 3 de outubro de 1910. E revela a perspicácia e a visão de estadista do patrono das Comunicações no Brasil.

A mais importante delas tem apenas três páginas. Mostra que Rondon, além de um homem culto – a carta é datada de 24 de Shakespeare de 122 – e de letra caprichada, era preocupado com a possibilidade de os estados terem autonomia para assumir a política indigenista em detrimento da União, como discu-

tiava-se, publicamente, na época. “Rondon era um visionário. Suas idéias podem muito bem ser aplicadas aos dias de hoje. Na carta é perceptível que seu maior temor era com a ameaça de eventuais interferências regionais na condução da política indigenista. Ele alertava que isso poderia ser prejudicial para os povos indígenas”, afirma o ex-Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Os documentos inéditos estão sendo catalogados e deverão ser encaminhados ao Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

“O Serviço de Proteção (ao Índio) na mão dos estados seria a anarquia nos processos e nos meios; estaríamos expostos a meu ver, na extensão do território brasileiro aplicado, aqui o extermínio, ali a catequese forçada, teologia ou metafísica, e mais além o abandono”, escreve Rondon, em um dos trechos da carta. “Ora, os índios não devem ser tratados como propriedade do Estado, dentro de cujos limites ficam seus territórios, mas sim como nações autônomas, com as quais queremos estabelecer relações de amizade.”

“Esse trecho mostra uma visão acurada, sem paternalismo. Veja, Rondon fala aqui não apenas de respeito aos territórios indígenas, mas da necessidade de ver os povos como nações. É um conceito ousado, mesmo nos dias de hoje e, ainda mais, porque ele era um militar”, observa o antropólogo Mércio Pereira Gomes.

O ex-presidente da Funai cita outro texto da carta que considera muito atual: “Os governos estaduais, urgidos pela necessidade de fazer dinheiro e sob a influência de interesses próximos, quase nunca sabem resistir à tentação de dispor dos territórios dos índios sob o

falso título de terras devolutas. Quanto à União, é impossível negar achar-se ela em uma posição muito mais favorável para considerar o problema de um ponto de vista mais geral, mais humano, desprendido de influências regionais.”

Conforme observa Mércio Gomes, a situação de Rondon era delicada. A correspondência estava sendo encaminhada apenas um mês depois de o Governo federal ter criado o pioneiro Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que seria extinto em 1967 para dar lugar à Funai. Ou seja, nem mesmo o SPI estava implementado. Ainda era um órgão incipiente na administração do Presidente Nilo Peçanha (1909-10). A carta de Rondon era endereçada a um funcionário do Estado do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves, com quem vinha trocando correspondência. “Ainda não sabemos quem, de fato, ele era. Mas é preciso perceber que Rondon tinha uma retidão moral inatacável”, pondera Gomes, citando que, ao final da carta, o futuro marechal rechaça, com delicadeza, um pedido de emprego feito pelo gaúcho, que indicava um amigo para ocupar um cargo no SPI.

### O que escreveu o marechal

*“Rio de Janeiro, 24 de Shakespeare de 122*

*Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1910*

*Sr. G. Torres Gonçalves*

*Porto Alegre*

*Só hoje posso responder a vossa carta de 25 de Gutemberg, já tendo, no entanto, vos telegraphado o que a ideia por vós aventada de ficar com o Estado a parte principal do Serviço de Proteção aos Índios e, com a União o simples papel da auxiliar, pensam os Directores de nossa Igreja e eu.*

*Já sabeis, portanto, que discordo em limine da alludida opinião; e, não só discordo como até penso que se deverá proceder de modo opposto, isto é, que à*

*União é que deve ficar affecta a iniciativa, o planejamento, a execução e a direcção desse serviço e aos Estados o dever de o subsidiarem com todos os recursos ao seu alcance. Se não fôr assim não conseguiremos sahir da situação anárchica em que nos achamos. Com 22 anos de regimem republicano, no qual os Estados gosam ampla autonomia, ainda nada se fez em nenhum delles, que denotasse uma resolução firme e sincera de proteger os índios e até mesmo no Rio Grande do Sul as cousas se teem passado de modo a dar ensejo a esta phrase de vossa carta: “os governantes aqui do Estado ainda nenhuma preocupação real, por actos, manifestaram de proteger os nossos silvícolas, posto que não lhes desgoste o título de protector delles”. Si isso é assim no Rio Grande, o que podemos esperar da maioria dos Estados onde, ou os governos ainda não lembraram da existência dos índios ou só se lembraram como pretexto para justificar certas despesas e subvenções pecuniárias? O Serviço de Proteção na mão dos Estados seria a anarchia nos processos e nos meios; estaríamos expostos a meu ver, na extenção do território brasileiro applicado, aqui o exterminio, alli a catechese forçada, theologia ou metaphysica, e mais além o abandono. Ora, os índios não devem ser tratados como propriedade do Estado dentro de cujos limites ficam seus territórios, mas sim como nações autónomas, com as quais queremos estabelecer relações de amizade. Os governos estaduais, urgidos pela necessidade de fazer dinheiro sob a influencia de interesses próximos, quasi nunca sabem resistir à tentação de dispor dos territórios dos índios sob o titulo de terras devolutas. Quanto à União, é impossível negar achar-se ella uma posição muito mais favorável para considerar o problema de um ponto de vista mais geral, mais humano, desprendido de influências regionaes. Dizeis que a natureza e o grau do concurso que o Governo do Estado pode accetar, devem ficar dependentes da confiança que a Direcção Regional do Serviço de Protecção aos indígenas brasileiros, em cada momento, inspirar ao*

*Rio Grande do Sul. Ora, esta theoria, si fosse aceita para o Rio Grande, teria necessariamente de estender-se aos demais Estados; basta esta consideração para verdes quanto ella é perigosa e quão insustentável seria a situação da Directoria Geral. Alem disso, ella funda-se sobre o equívoco de se considerar a população indígena como parte integrante do Estado; pois si a considerardes como nação autónoma, logo vereis que o que pedis equivale a reclamar que a natureza e o grau do concurso prestado pelo Governo Estadual ao da União, nas relações com o Paraguay, Uruguay, Argentina, etc, fique dependendo da confiança que ao Estado inspirar o ministro do Exterior. A propósito deste serviço precisamos, como sempre seguir o ensinamento da nossa Doutrina, de julgar da adhesão que devemos dar a um acto público só pela consideração da sua positividade, e cada órgão social pela função que exerce e pelo modo porque a exerce. As prevenções por vós lembradas, submete a função à apreciação individual que do Diretor Geral fizer o presidente do Estado ou algum de seus auxiliares, o que importa na inversão da regra estabelecida por nossa Doutrina Social. Agora tenho a felicidade de contar com a vossa amisade e apoio o que muito me alenta e confirma nas esperanças que nutro do bom êxito da minha acção nesse Estado. Mas quem me poderá assegurar idênticas disposições de animo nos funcionários de todos os outros Estados e quem venha os substituir? Crendo haver assim fundamentado convenientemente o parecer que vos dei, discordando da opinião que ieis inserir no vosso relatório, resta-me agradecer as captivantes palavras de amisade que me dirigis, com as quaes chegastes até a um grande exagero dos meus meritos. Sem falsa modestia digo-vos que, pessoalmente não possuo outro merito sinão o de amar com muita abundancia d'alma, nossos infelizes irmãos das selvas, aos quaes desejo com toda a vehemencia de minha natureza livrar dos oppressores, que o são em regra geral por má fé. Aguardo os dois últimos relatórios annuaes da vossa Secretaria, de cujo valor prejudgo pelo o que*

*lhes antecedeo sobre os indígenas Rio Grandenses. Quanto à indicação do nosso correligionário, cid. Mário Miranda, para auxiliar o serviço nesse Estado, bastava ella vir-me de vós para ser acolhida com uma solida recommendação da competencia moral e pratica do vosso amigo. Mas não depende só de mim as nomeações dos auxiliares do Serviço nos Estados, os quaes é meu desejo que sejam pessoas da confiança dos respectivos Inspectores e como para este lugar apresentei ao Sr. Ministro da Agricultura o nome de nosso correligionário Raul Abbot, tereis o vosso desejo de servir ao Sr. Mario Miranda satisfeito desde que alcanceis delle fazer-me a indicação deste nome para o lugar de escrevente, ou outro. Eu e minha esposa recebemos com abundancia de coração os affectuosos cumprimentos que nos enviastes, em vosso nome e no de vossa digna Senhora, e gostosamente os retribuimos. Todo vosso no serviço da Fé commum,*

*Cândido Mariano da Silva Rondon”*

#### **Quem foi Rondon**

O pai do indigenismo brasileiro é sinônimo de humanismo e cidadania nos sertões. Ao mesmo tempo em que integrava o País, puxando linhas telegráficas pelo Norte e Nordeste, ainda no final do século XIX, Cândido Rondon foi responsável pelos primeiros contatos com muitos grupos indígenas. Daí porque além de ser o maior ícone do indigenismo nacional, Rondon é o patrono das Comunicações no Brasil. Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em 5 de maio de 1865, em Mimoso, cidade próxima a Cuiabá (MT). De origem indígena por parte de seus bisavós maternos, que eram das tribos Bororo e Terena, e de uma bisavó paterna que era índia guaná, Rondon tornou-se órfão precocemente.

Filho de Cândido Mariano da Silva e Claudina de Freitas Evangelista da Silva, nem

chegou a conhecer o pai, que morreu antes mesmo de o jovem Cândido nascer. A mãe faleceu, quando ele tinha apenas dois anos de vida. Criado pelo avô, Rondon ingressou cedo na Escola Militar, no Rio de Janeiro, aos 16 anos de idade. Em 1888, foi promovido a alferes. Entre outros estudos, cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Superior de Guerra. Nesses tempos de mocidade, participou dos movimentos abolicionista e republicano. Logo depois, foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, sendo designado para integrar a Comissão de Construção da linha telegráfica que ligaria Mato Grosso e Goiás.

Rondon desbravou mais de 50 mil quilômetros de sertão, estendendo mais de 2 mil quilômetros de fios de cobre pelo País, ligando as mais distantes localidades pelo telégrafo. Como indigenista, pacificou grupos indígenas que viviam isolados, estudando os seus usos e costumes. Em 7 de setembro de 1910, foi nomeado diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão precursor da atual Fundação Nacional do Índio (Funai).

O reconhecimento à sua obra ultrapassou as fronteiras nacionais, sendo um dos poucos brasileiros a ter seu nome inscrito em letras de ouro no Livro da Sociedade de Geografia de Nova York. Ficou conhecido como o explorador que desbravou mais profundamente em terras tropicais, ao lado de outros como Amundsen e Peary, descobridores dos pólos Norte e Sul; e Charcot e Byrd, exploradores que mais desbravaram as terras árticas e antárticas. Rondon ganhou as insígnias do posto de marechal em 1955, em cerimônia do Congresso Nacional. Três anos depois, falecia, no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1958, aos 92 anos. (OCN)

(Transcrito do *Correio Brasiliense*)

## O PARLAMENTO INDÍGENA

Há certas idéias absurdas que é melhor atalhar no nascedouro. Uma delas é a do Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, defendida em entrevista concedida à jornalista Mariana Caetano e publicada domingo pelo *Estado*, de criar um Parlamento Indígena – isso mesmo, um Poder Legislativo constituído exclusivamente por indígenas.

O embrião da instituição seria a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que a Funai promoverá em abril, reunindo 750 delegados de 230 “povos”. Em seguida, segundo os planos do presidente da Funai, seriam criadas cotas para índios no Congresso Nacional, e, em cinco anos, calcula ele, o Parlamento Indígena estaria consolidado.

A menos que não atribua às palavras que pronuncia o seu significado exato – e não imagine as conseqüências das idéias que prega –, o presidente da Funai está preparando a secessão do País. Pois não se concebe a criação de um parlamento étnico, funcionando à parte do Congresso Nacional, a não ser para dar autonomia política a seus representados.

Mas, justiça seja feita, não deve ser isso o que o antropólogo Mércio Gomes Pereira pretende – ainda que a formação de um Estado indígena destacado do Estado brasileiro seja do agrado de algumas pessoas, aqui e no exterior. O presidente da Funai já disse que os índios têm “terras demais” e, diante da reação virulenta de antropólogos, indigenistas e missionários, explicou-se a ponto de já não se saber o que ele quis dizer.

Ele também considera que, a respeito “dos direitos indígenas, temos o melhor artigo de Constituição já feito em relação à proteção. O conceito de tradicionalidade e de direito originário não existe em outro país”. Fosse tão bom,

o tal artigo (231), e seu parágrafo 1º, não estaria sendo interpretado com tamanha latitude, a ponto de o Governo considerar terra indígena qualquer pedaço que, um dia, tenha sido percorrido por um indígena – quando a letra da Carta é muito mais restritiva.

E se fosse para respeitar a Constituição, o presidente da Funai não falaria em “povos” indígenas. A Constituição Cidadã só reconhece, no Brasil, a existência de um único povo: o brasileiro. E, assim como consagra a união do ecúmeno, a Carta proclama a indivisibilidade do território brasileiro. Portanto, não há espaço, na ordem constitucional brasileira, para aventuras como as propostas pelo presidente da Funai.

Nos Estados Unidos, alguns povos indígenas tinham uma organização política e social sofisticada. A Confederação dos Seis Povos dos Grandes Lagos tinha, por exemplo, no século XVII, instituições mais avançadas do que as da maioria dos países europeus – e por isso foram tratados como nações soberanas, com as quais se firmavam acordos e tratados.

Em tempos recentes, a Suprema Corte norte-americana reconheceu o estatuto privilegiado das tribos. Na Colômbia, onde 20% da população são de índios, eles têm lugares reservados no Parlamento. Em alguns países da América Central, de população predominantemente indígena, algumas comunidades têm relativa autonomia administrativa.

Mas essas são situações inteiramente diferentes da brasileira. Não faz sentido comparar, como fez o presidente da Funai, o caso da Colômbia com as condições do Brasil. Aqui, os indígenas correspondem a 0,3% da população nacional.

O problema é que, graças mais à generosidade do que ao descortino dos legisladores e ao ativismo das organizações laicas e confessionais que defendem a “causa indígena”, essa po-

pulação diminuta – correspondente à de uma cidade de médio porte – controla 12,5% do território nacional. Trata-se de uma área equivalente aos territórios da França e da Alemanha somados. E a Funai e as ONGs não se satisfazem com isso. Se as demarcações em curso forem concluídas até o final do ano, como esperam, os indígenas terão 13,5% do território brasileiro.

As populações indígenas têm o direito incontestável de preservar seus usos e costumes e suas línguas. E de receber assistência governamental, quer desejem manter-se em relativo isolamento, quer prefiram integrar-se à vida nacional. Mas as peculiaridades acabam aí. Não podem os indígenas, por inspiração de quem quer que seja, arvorar-se em nação soberana, com direito a um parlamento próprio ou a cotas no Congresso Nacional.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, 19.02.2006)

## CRISE DE VALORES

*Boris Fausto, historiador*

No duro terreno dos fatos, os valores básicos de nosso tempo correm permanente risco. Há muitos inimigos dos valores democráticos.

Tornou-se um lugar-comum a referência à crise de valores nas sociedades ocidentais contemporâneas. Seria uma tarefa ingrata definir o conceito de valor. Melhor será pisar em terreno mais seguro, lembrando sua multiplicidade e sua natureza histórica.

A multiplicidade aponta para o fato de que valores específicos dizem respeito a esferas distintas da vida social: plano da religião, da família, da vida política. Eles podem ter conteúdo diverso, como é o caso da conhecida noção de Weber, distinguindo, no campo político, a

ética da convicção e a ética da responsabilidade. Podem, também, estar inter-relacionados, como sustenta o mesmo Weber ao estabelecer relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

Na dimensão histórica, valores individuais ou coletivos permanecem, se transfiguram ou desaparecem. Por exemplo, nas sociedades aristocráticas, o heroísmo e a honra eram virtudes centrais e um apanágio da nobreza. No mundo burguês do passado ou de hoje, essas virtudes não desapareceram, mas deixaram de ter a mesma significação, passando, quase sempre, do âmbito público para o privado.

Heroísmos guerreiros não nos impressionam, embora governos ainda tentem fabricar heróis ou heroínas, como foi o caso do governo Bush no início da Guerra do Iraque.

O heroísmo de nossos dias não é um valor coletivo, mas uma façanha excepcional que os meios de comunicação destacam: o homem que se atira às águas de um rio-esgoto para salvar uma criança desconhecida; a mãe que, sem saber nadar, se lança às águas da enchente para tentar salvar a filha etc. Os heróis do nosso tempo, aliás, não são os generais condecorados, mas os simples bombeiros.

A honra passou para segundo plano, a ponto de não se levar muito a sério quem insiste em resguardá-la. Os tempos são de “flexibilidade”, de desrespeitar o que, no passado, se chamava de “palavra de honra”. A esperteza na obtenção de vantagens passou a ser moeda comum, sempre justificada pelo êxito.

Por outro lado, tomando a dimensão mais ampla do que consideramos valores na sociedade atual, constatamos um paradoxo. Nunca eles tiveram um sentido tão abrangente, enquanto, ao mesmo tempo, são ignorados ou transgredidos. Nos dias que correm, estabeleceu-se – o que é muito positivo – uma associa-

ção entre o regime político democrático e a afirmação de valores. A democracia contém, por definição, princípios de soberania popular, de liberdade de expressão, de rotatividade no poder, de transparência nas decisões, de igualdade entre os cidadãos, sem distinção de raça, gênero etc. Esses valores básicos não constituem prerrogativa de determinadas classes ou grupos sociais, mas se convertem em direitos de todos os membros da sociedade.

A constatação não pretende ocultar, obviamente, a distância que vai dos valores à sua prática, redundando, por várias razões, na crise da democracia. Mas tais valores são um parâmetro essencial do mundo de hoje.

Não é por acaso que, desde a liquidação do nazifascismo e da derrubada do império soviético, se fala da democracia como valor universal. Essa expressão, porém, não tem estrito sentido geográfico. Os valores democráticos estendem-se à Europa Ocidental, aos EUA, à América Latina e a países da Ásia (como Japão e Índia) com enraizamentos mais firmes ou mais frouxos. Por motivos históricos, não alcançaram outras regiões do mundo ou constituem aí tendências bem minoritárias. Nessas regiões, a tentativa de impor um regime democrático a ferro e fogo só tem resultado em desastres, como se viu no Iraque.

No duro terreno dos fatos, os valores básicos de nosso tempo – e, aos já enunciados, poderíamos acrescentar outros, como a preservação da natureza – correm risco permanente, seja por questões ideológicas, pela carência material da população de alguns países ou pelo desejo guloso dos governantes de permanecer no poder. Infelizmente, os inimigos dos valores democráticos são muitos, e sua retórica, muitas vezes, é eficaz.

Os inimigos não estão ausentes dos países de regime democrático consolidado que con-

tam, porém, com instituições sólidas para enfrentar os riscos. O canto da sereia autoritária encontra maior espaço em países marcados pela pobreza, nos quais salvadores da pátria e seus acólitos – intelectuais, burocratas e até profissionais liberais – tratam de reduzir os valores democráticos a uma “farsa das elites”.

(Transcrito de *A Folha de S. Paulo*)

## HORROR

*Nilson Mello, jornalista e advogado*

Muitos acreditam que a escalada da criminalidade no Brasil, e mais particularmente no Rio de Janeiro, tem como principal ingrediente o “desequilíbrio social” – a assimetria de oportunidades que coloca ricos e miseráveis em permanente confronto.

Por esse raciocínio, que tem predominado nas últimas três décadas, o Estado deve tratar prioritariamente de resolver as desigualdades, deixando em segundo plano a preocupação com a punição rigorosa dos bandidos comuns, eis que eles seriam, na essência, vítimas de um modelo econômico injusto, de um sistema perverso.

Uma sociedade mais justa teria necessariamente menos criminosos. E menos violência.

Não por acaso, leis penais mais brandas para os criminosos “de rua” começaram a ser engendradas ao mesmo tempo em que se ampliava o rigor com os de “colarinho branco”, tendência que se potencializou em meio ao próprio processo de redemocratização do País.

Mas o abrandamento do tratamento dado ao menor infrator, uma Lei de Execução Penal flexível (esta anterior à Constituição de

1988), com ampla progressão de regime, além de total rejeição a punições severas, em especial a pena de morte, foram escolhas que certamente contribuíram para a crença na impunidade e a brutal escalada da violência urbana verificada hoje.

A sociedade que se pretendia aperfeiçoar – e que certamente era injusta – tornou-se muito mais violenta e perigosa.

Para agravar o quadro, o clamor pelos direitos humanos, refletindo o anseio de distanciamento de qualquer vestígio autoritário, produziu outra distorção, representada pela desvalorização profissional e pelo ostracismo da polícia.

Desprestigiado, mal treinado e mal remunerado, além de tolhido por uma legislação fraca com o bandido, em nome dos direitos humanos, o policial acabou por se aproximar da criminalidade, quando não a assumir o próprio lugar do criminoso (caso das milícias no Rio). Na verdade, jogamos nossos policiais no colo dos marginais. E sequer o exemplo moral fomos capazes de lhes dar, haja vista o grande número de parlamentares, magistrados e chefes de polícia processados ou condenados.

Sem desconsiderar o ingrediente social na fomentação da violência e do nosso pavor diário, não podemos fechar os olhos a uma outra evidência: a de que o ser humano não é apenas produto de seu meio. Em maior ou menor grau, sua natureza o leva a flertar com o mal, sobretudo se souber que pode sair impune.

Quando o meio já é ruim – em função das adversidades sociais, por exemplo –, mais uma razão para se reduzir a tolerância e aumentar a punibilidade. Essa é a dura realidade de que devemos encarar.

Na morte atroz do menino João Hélio, de seis anos, preso pelo cinto de segurança, do

lado de fora do automóvel que facínoras haviam roubado de sua mãe, e arrastado como um trapo ensangüentado por sete quilômetros, pode-se até examinar o pano de fundo social. Mas isso nem vem ao caso.

O que importa saber é que punição a sociedade dos direitos humanos considera justa para a barbárie cometida por esses monstros. A resposta não está em nossa Legislação Penal.

## **O PRIMEIRO MUNDO: O OURIÇO E A RAPOSA**

*Arnaldo Gonçalves, licenciado  
em Relações Internacionais*

Ralf Dahrendorf, o sociólogo alemão naturalizado inglês, definiu o Primeiro Mundo como uma combinação feliz de três características positivas. Um conjunto de economias que asseguram uma vida boa para um largo número de pessoas; um leque de sociedades que encorajam o individualismo e a competição sem destruir as pequenas comunidades de pessoas; sociedades que têm políticas que conectam o primado da lei com os princípios da democracia.

Os habitantes da Europa Ocidental e da América do Norte usufruíram em grande parte do século XX – em contraste com o Segundo Mundo socialista e as nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo – da igualdade de oportunidades bem como de um sistema social no qual a sociedade civil se exprimia e desenvolvia relações de cooperação. A todas as pessoas, sem exceção, eram garantidas importantes liberdades políticas, as quais haviam sido o resultado de lutas políticas de décadas e de duas guerras mundiais. É bom sempre recordar que uma das causas principais das duas guerras

mundiais foi a revolta perante uma desigualdade sistemática entre indivíduos e sociedades.

Contudo esse modelo, que possibilitou a própria idéia de uma Europa unida, continha as suas imperfeições. Excluía largas populações do resto do mundo das possibilidades e oportunidades que oferecia às suas populações. Os países que se localizavam para além do círculo de sociedades industriais e que se mostravam incapazes de participar do sistema internacional de trocas ficaram condenados a ficar para trás. A situação começou a modificar-se apenas quando a globalização dos mercados de capitais e a expansão da revolução da informação começaram a diluir fronteiras e minar vantagens econômicas de partida.

Há várias explicações possíveis para essa aceleração e mundialização da economia internacional. De certa forma, o fim da Guerra Fria veio mostrar a inviabilidade da alternativa socialista ao modelo capitalista da economia de mercado; além disso, a expansão da atividade das multinacionais favoreceu a ligação das economias locais à gestão empresarial globalizada; por outro lado, a relativização do papel quase exclusivo dos Estados-nação na vida internacional abriu campo para a ação das organizações internacionais, em áreas da reserva dos primeiros; finalmente, a emergência das economias asiáticas veio possibilitar um maior reequilíbrio das dinâmicas de crescimento regional.

Essas explicações revelam como a economia internacional desaguou num oceano de desenvolvimento que não tem qualquer paralelo na história da humanidade, malgrado algumas comparações mais apressadas e ignorantes. As fronteiras perderam não só a sua importância tradicional perante o livre movimento dos capitais, mas também perante a livre circulação das mercadorias e dos serviços. Toda

esta dinâmica que o mundo tem usufruído, no seu conjunto, com alguns países e regiões aproveitando melhor que outros, coloca uma interrogação decisiva: estamos numa encruzilhada histórica do liberalismo contemporâneo como modelo universal de desenvolvimento ou existem riscos e circunstâncias que o podem fazer perigar?

Para as sociedades menos desenvolvidas que sistematicamente ficavam para trás, a globalização oferecia, pelo menos teoricamente, uma oportunidade para que os privilégios do mundo desenvolvido lhes fossem estendidos. Era lógico esperar que as zonas mais desfavorecidas do planeta agarrassem a oportunidade e buscassem caminhos para inverter o seu subdesenvolvimento. Mas a internacionalização das economias e outros fenômenos como o envelhecimento das populações na metade desenvolvida do planeta, a explosão demográfica na metade mais pobre, o crime organizado e transfronteiriço, vários tipos de fundamentalismo religioso, as mudanças climáticas vieram desnudar uma particularidade concreta do modelo do Primeiro Mundo. Tinha-se tornado vulnerável e incapaz de se esconder das consequências da globalização.

O modelo que havia conseguido combinar prosperidade, estabilidade social e liberdades políticas amplas tinha-se tornado uma promessa menos confiável para o futuro. Os governos mostravam-se menos capazes de manter as promessas que faziam quando eleitos; as populações afetadas pelas consequências da globalização ou receosas de serem atingidas deixaram-se tomar por um sentimento de estarem sob ameaça permanente.

Essa situação tornou-se uma surpresa para todos: cidadãos, governos, elites, meios de comunicação social, cientistas sociais. Sob o chapéu do Estado-providência, vários modelos de

segurança social na velhice e doença, marcados pelas experiências históricas, pela natureza das sociedades e pela forma como estas encaravam o papel do mercado, fizeram o seu caminho e fundaram a convicção que era possível conservar a prosperidade para sempre.

Ninguém estava preparado para a vulnerabilidade do Primeiro Mundo e ainda menos as populações da Europa Ocidental que subitamente foram postas perante a situação de aceitar consideráveis restrições à sua segurança, prosperidade e liberdades políticas. As consequências previsíveis destes ajustamentos ao modelo – redução das coberturas sociais, acréscimo de diferenças sociais e eventualmente a limitação das liberdades políticas – tornaram sombrio o seu futuro.

Reside neste medo larval a explicação para o voto de censura dos europeus, em eleições parlamentares na Europa, e para os protestos inorgânicos que também um pouco por todo o lado se fazem sentir contra as mudanças económicas e sociais introduzidas pelos governos.

O medo que “as coisas fiquem pior” tornou-se o novo quadro de referência do conceito “crise” nas sociedades ocidentais. Trata-se de um conceito que nada tem de novo. Se olharmos para a história do século XX, a crise de outubro de 1929 na Bolsa de Nova York provocou uma situação social catastrófica que mostrou às gerações que a viveram quão importante era a criação de um sistema de segurança social confiável.

Nas eleições alemãs e polacas de outubro de 2005, os partidos de centro-esquerda e de centro-direita, que haviam sido responsáveis pela construção da economia de mercado no pós-guerra, foram fortemente penalizados porque não haviam sido capazes de controlar o agravamento do desemprego – 9,3% na Alemanha. Tanto num como em outro país os elei-

tores decidiram não fazer um corte drástico com o estado de coisas, mas optaram por uma certa forma de Estado paternalista e protetor. Não se trata tanto de um *nanny-state* inspirado na experiência rooseveltiana norte-americana, mas de um estado protetor que tem raízes profundas na história recente da Europa e que explica o sucesso de regimes autoritários e dirigistas no período imediatamente subsequente ao fim da Primeira Guerra Mundial.

O Estado paternalista não corrige as incongruências do mercado, mas cria situações que condicionam o seu funcionamento. É exemplo desse estatismo redescoberto o Governo conservador da Eslovênia que vem aplicando um programa de intervencionismo na economia, mesmo em setores fora do controlo público, o que pode indicar um fenómeno de carácter mais alargado. As eleições presidenciais na França e na Turquia de maio deste ano irão dar-nos já alguns sinais se esta tendência irá perdurar.

Outro fato preocupante é o crescente desinteresse das populações pela política e a descrença de conseguirem, pelo poder do voto, influir no curso das políticas. As margens de abstenção verificadas nas eleições para o Parlamento europeu em 2004 têm sido repetidas em eleições parlamentares nacionais, revelando que a apatia se transformou num fenómeno mais amplo dos Estados modernos.

Num livro publicado há algum tempo – *The Politics of Cultural Despair* –, um autor alemão, Fritz Stern, faz uma análise curiosa do pensamento dos autores alemães na mudança para o século XX e procura demonstrar que existia uma resistência vincada na sociedade alemã às mudanças que ocorriam no mundo de então, inclusive em direção à economia de mercado e à democracia política. Comentando este livro, Ralf Dahrendorf afirmava, recentemente,

te, que, apesar da derrota das políticas do “desespero político” após a Segunda Guerra Mundial e do triunfo da economia de mercado, é possível, ainda, vencer os medos na Alemanha quanto à continuada abertura das suas fronteiras à economia global. Esperança que atribui à necessidade de redução do papel do Estado na economia, ainda significativo na Alemanha.

É decisivo resistir à simplificação populista de que a aposta europeia em aumentar a eficiência competitiva global e em lutar pelos valores da democracia liberal abrirá as portas a medidas de carácter autoritário e quebrará o consenso sobre os valores do liberalismo moderno. Como declarava a Deputada polaca Mojca Murko no Parlamento europeu, a soberania das massas não pode destruir a soberania dos indivíduos. Seria terrível se isso viesse a acontecer.

(Transcrito do jornal *Tribuna de Macau*,  
de 15.03.2007)

## O PODER DOS NOVOS LÍDERES

*“As ONGs atraem talentos” (Bill Drayton)  
Por Cynthia Rosenburg, EXAME*

*Eleito pela Universidade Harvard, nos Estados Unidos, um dos maiores líderes norte-americanos, ao lado de figuras como Thomas Friedman e Steve Jobs, Bill Drayton comanda uma ONG que apóia 1.600 empreendedores sociais em mais de 50 países. Na entrevista a seguir, ele comenta o fenómeno do crescimento do Terceiro Setor.*

*O senhor diz que as organizações lideradas por empreendedores sociais estão mudando. Por quê?*

Elas estão em franca expansão. Existem hoje cerca de 27.000 organizações lideradas por empreendedores sociais com alcance interna-

cional. São cidadãos que oferecem serviços e provocam mudanças na forma como as pessoas vivem. Além disso, a produtividade do que chamo de “setor cidadão” está aumentando e a oferta de empregos cresce três vezes mais que no resto da economia.

*Onde isso acontece?*

No mundo todo. Em Bangladesh, o número de funcionários do Brac – a maior ONG do país, voltada para a redução da pobreza – é quatro vezes superior ao do maior empregador empresarial. Na Alemanha, o setor cidadão empregava, em 2000, o dobro de pessoas do setor público e o triplo do setor privado.

*O que explica esse fenômeno?*

O setor privado levou três séculos para se desenvolver. Nesse período foi criada uma enorme distância entre as empresas e a sociedade civil. Nos últimos 25 anos, porém, a sociedade civil está recuperando rapidamente o atraso. Hoje, os empreendedores sociais estão ganhando reputação, acesso a recursos e aos processos públicos de tomada de decisões. Muitas vezes demonstram ter mais clareza de certos anseios da sociedade do que os empresários tradicionais. O resultado é que esse setor atrai talentos e demonstra enorme capacidade de inovação.

*Há exemplos?*

Nos Estados Unidos, um empreendedor da Ashoka descobriu uma maneira de diminuir em mais de 60% o custo de cirurgias de catarata e está beneficiando milhares de pessoas. Em Bangladesh, onde há alguns anos menos de 15% das crianças completavam o Ensino Fundamental, outro empreendedor ajudou a aumentar as matrículas em 40% e a reduzir a evasão à metade.

*Esses empreendedores estão mais capacitados?*

Alguns indicadores mostram que eles estão mais competitivos. Cerca de 60% conseguem

influenciar políticas públicas depois de cinco anos de atividades. Mais de 90% continuam com seus projetos após esse período. E quase 90% têm suas idéias ou modelos de negócios copiados por outras organizações.

*O que eles têm a ensinar às empresas?*

Eles estão acostumados a trabalhar com estruturas de custos muito simples. Além disso, têm acesso a parcelas da população para as quais as empresas estão despertando agora, como a base da pirâmide de renda. Veremos cada vez mais empresas e empreendedores sociais trabalhando juntos.

*Que impacto essas organizações terão sobre o setor público?*

À medida que organizações sociais e empresas passam a oferecer serviços em áreas que são responsabilidade do setor público, ele precisa se adaptar. Acredito que o setor público enfrentará uma competição igual à que as empresas enfrentam no mercado tradicional – e precisará mostrar ser capaz de mudar.

(Transcrito de *EXAME*, de 30/11/2006)

## DESDE 2001, CRESCIMENTO FAVORECE OS POBRES

*Marcelo Billi*

O crescimento econômico brasileiro continua anêmico, mas há uma parcela da população para a qual a renda cresceu a taxas muito superiores às da economia. Ao contrário da década de 1970 e até a de 1980, quando o Brasil crescia ou se estagnava concentrando riqueza, os decênios de 2000 inauguraram um período de crescimento “pró-pobres”.

Entre 2001 e 2004, a renda dos mais pobres cresceu a um ritmo muito superior ao da

renda *per capita*, tendência que se repete em 2005 e, provavelmente, neste ano.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, calculou, junto com os economistas Nanak Kakwani e Hyun H. Son, das Nações Unidas, as taxas de crescimento que refletem a evolução da renda dos mais pobres.

Os números mostram que, apesar do desempenho decepcionante da economia, a população de baixa renda obteve, em período de relativa estagnação, o que Neri chama de “experimento de crescimento chinês”.

Entre 2001 e 2004, mostra o estudo, a taxa de crescimento da renda *per capita* “pró-pobre”, ou seja, aquela que reflete os ganhos da população de baixa renda, foi, em média, de 3,1% ao ano. No mesmo período, a renda *per capita* caiu a um ritmo de 1,35% ao ano.

A contradição entre o desempenho ruim do ponto de vista econômico e o bom desempenho do ponto de vista social é explicada pelo fato de, mesmo em período em que a economia patinou, o Governo ter destinado mais recursos aos programas de combate à pobreza – que, na prática, aumentam a renda dos mais pobres.

Os números podem ser olhados de outra maneira também: eles refletem a queda na desigualdade de renda brasileira, já que os pobres conseguiram, ainda que timidamente, reduzir o abismo que os separa dos mais ricos. Neri ainda faz as contas para os anos de 2005 e 2006. Ele avalia que a melhoria de distribuição de renda ocorreu, mas em velocidade menor do que a de, por exemplo, 2004. Em 2005, lembra ele, a renda dos mais pobres cresceu 8,5%, contra 6% da renda média.

### “Ano espetacular”

Já é um ganho. Mas um ganho que empalidece quando a comparação é com 2004. Na-

quele ano, em que a economia cresceu 4,9%, a taxa de crescimento da renda *per capita* para os mais pobres, estimada por Neri, foi de nada menos do que 14,1%, enquanto a renda *per capita* média cresceu 3,6%. “Dois mil e quatro é o grande ano da queda da desigualdade no Brasil, um ano espetacular”, diz o economista.

A pesquisa mostra o quanto o gasto social tem sido importante para a redução da desigualdade e a melhoria das condições de vida dos mais pobres, mas sugere também que nada melhor do que o crescimento econômico para ajudá-los.

Em 2004, uma conjunção de fatores “pró-pobres” contribuiu para a redução da desigualdade. O aumento dos gastos sociais, presente em todo o período, ajudou, mas em 2004 a estrela foi mesmo o mercado de trabalho: o aumento do emprego e da renda beneficiou proporcionalmente os mais pobres. “O desempenho é muito puxado pela renda do trabalho. O que é muito importante, porque é algo que não acontecia.”

Aliás, o ano de 2004, quando a recuperação do mercado de trabalho beneficiou muito os pobres, foi inédito não apenas pelo fato de o Brasil ter crescido mais que a média dos últimos anos, mas também por ter crescido e desconcentrado a riqueza.

Ficou famosa no Brasil a tese de que “o bolo precisa crescer para ser dividido”, frase de Delfim Netto, que, de alguma maneira, tentava justificar o fato de, na década de 1970, com forte crescimento, o Brasil ter passado também por processo de forte concentração de riqueza.

Crescimento, dizem os economistas, leva à concentração, a não ser que o Estado aja de maneira a torná-lo mais justo. Ainda há dúvidas se esse é o caso do Brasil e sobre o que ocorrerá quando e se o país voltar à rota do crescimento. Mas os resultados de 2004 parecem sugerir que

não é impossível, no caso da economia brasileira, conseguir crescer e, ao mesmo tempo, repartir melhor a riqueza, mostra o estudo.

(Transcrito da *Folha de S. Paulo*, de 24/12/2006)

**EUA E EUROPA ESTÃO PRÓXIMOS  
DE ACORDO QUE ABRE PORTAS AO BRASIL**  
**Blocos estão dispostos a superar  
um dilema histórico e reduzir barreiras  
agrícolas, segundo o *Financial Times***

Negociadores dos Estados Unidos e da União Européia estão próximos de um acordo que poderia reiniciar o diálogo internacional sobre o setor agrícola, que há tempos não apresentava evolução. Segundo o jornal londrino *Financial Times*, as mudanças poderiam ocorrer após a realização, no último fim de semana, de uma reunião entre o primeiro escalão de negociadores de Washington e de Bruxelas, visando ao encontro do Fórum Econômico Mundial nesta semana, em Davos, na Suíça.

O jornal relembra que qualquer acordo dependeria também de concessões recíprocas do Brasil e da Índia em reduzir suas barreiras para a negociação de produtos industrializados e serviços – o que ainda está em negociação.

Um acordo entre os dois maiores blocos comerciais do mundo – Estados Unidos e União Européia – incluiria concessões politicamente polêmicas, que já estão causando protestos na Europa e alarmando lobistas agrícolas norte-americanos.

O acordo discutido a portas fechadas, segundo o jornal londrino, incluiria uma proposta de Bruxelas de cortar barreiras para produtos agrícolas estrangeiros em 54%, em média. Por outro lado, os EUA reduziriam o teto de seus subsídios domésticos para perto

de US\$ 17 bilhões. Essa tentativa representaria um avanço significativo nas discussões que impediram negociações mais amplas durante anos. Pessoas ligadas às negociações teriam afirmado que ambas as partes até chegaram a estudar cortes maiores em tarifas e subsídios, mas foram recusados. Um dos representantes teria dito: “Estamos tentando chegar ao limite máximo aceitável politicamente, sem cair em um abismo.”

Os dois lados também sabem que a oferta provisória da União Européia para corte de tarifas pode ser derrubada pela oposição de Paris, que exige que as negociações agrícolas de Doha sejam incluídas na reunião de hoje dos ministros da Agricultura da UE.

O clima político hostil para tratar do assunto fez com que Bruxelas buscasse o apoio da Chanceler alemã Angela Merkel. Apesar de a Alemanha tradicionalmente fazer o papel de país que convence a França a aceitar acordos econômicos, suas relações com a França estão enfraquecidas. Provavelmente, enquanto a Alemanha fará todos os esforços para facilitar um acordo, a França trabalhará no sentido oposto.

O governo Bush também está se reunindo com líderes do Congresso norte-americano que moldarão a política agrícola e comercial sob a nova maioria democrata. Mas provavelmente levará semanas para saber se o Congresso vai considerar a renovação da autoridade de promoção comercial do presidente – que expira daqui a seis meses e é necessária para a conclusão de um acordo.

Essas abordagens incluíram um apelo a Collin Peterson, o influente presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Estados Unidos, para que modere sua oposição à renovação da autoridade de promoção comercial.

Depois da reunião, o parlamentar afirmou que continua questionando profundamente a

política comercial dos Estados Unidos, mas não está decidido a frustrar um acordo em Doha que inclua benefícios significativos para os agricultores norte-americanos.

### Posição brasileira

O Brasil negocia separadamente com os Estados Unidos e com a União Européia e enviou a Nova Déli o diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Ministro Roberto Azevêdo, para tentar chegar a uma posição comum entre as partes para as conversas planejadas para Davos.

Hoje e amanhã, Azevêdo prosseguirá com a "exploração de alternativas", o mesmo trabalho que vem realizando com negociadores norte-americanos e europeus. Mas, também nesse caso, sua missão é mais árdua – buscar um possível acerto dentro do G-20 sobre uma abertura maior do mercado agrícola dos países em desenvolvimento.

Na semana passada, em Genebra, a representante dos Estados Unidos para o Comércio, Susan Schwab, afirmou que a proposta do G-20 de liberalização do mercado agrícola nos países em desenvolvimento tornou-se o ponto crítico para a retomada da Rodada Doha, suspensa desde julho de 2006. Desde então, os Estados Unidos apenas deram sinais de que podem oferecer um corte maior nos subsídios agrícolas – a questão que, de fato, destravaria a negociação.

Washington atrela esse movimento a uma abertura maior do mercado europeu e também a um recuo do subgrupo do G-20 de tendência mais protecionista, liderado pela Índia. Esse subgrupo quer manter 20% da pauta de importação agrícola totalmente protegida. Trata-se de uma posição que contraria a facção liderada pelo Brasil, formada por exportadores agrícolas.

Extraído do *Financial Times*.

### MINISTÉRIO INDEFESO

J. A. do Nascimento Brito  
*Presidente do Conselho Editorial do Jornal do Brasil*

O Brasil vive hoje uma situação inusitada. Tem um Ministério da Defesa indefeso. Há várias razões para este fracasso, mas, sem dúvida, o total despreparo da classe política brasileira para assumir tamanha responsabilidade é, de longe, a maior delas. As conseqüências ultrapassam as fronteiras do colapso que atinge o setor aéreo.

O Ministério da Defesa surgiu no bojo de várias reformas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O Brasil era um dos poucos países do mundo onde as Forças Armadas continuavam sem um controle civil. Reportavam-se ao ministro-chefe do Estado-Maior das três Forças, sempre um militar. A criação do Ministério da Defesa representava, finalmente, a consolidação de um modelo unânime em sociedades democráticas. Significava, também, parte de uma reforma do Estado, na qual agências reguladoras e privatizações, por exemplo, tinham também o seu lugar.

Forças Armadas, em qualquer sociedade moderna, é um assunto sério e tratado no mais alto nível. Um tema multifacetado, que passa por várias definições. Os militares do Brasil tiveram um papel destacado na formação e consolidação do território brasileiro. Desde o fim do século XIX, eles têm sido os grandes consolidadores das fronteiras Oeste e Norte do Brasil. Matéria de Augusto Nunes, publicada no *JB* de domingo e na *Gazeta* de segunda, mostra claramente a importância desses destacamentos em rincões longínquos de qualquer cidade do país.

Aliás, o Marechal Rondon, com suas expedições pelo Oeste brasileiro, é o maior sím-

bolo do papel dos militares na preservação do território brasileiro. Também encarna aquilo que os militares têm como enorme destaque na sua formação, que são alguns valores importantes que ajudam a materializar as idéias de um país. Cultivam o hino brasileiro e a nossa bandeira com um orgulho sem paralelo em nossa sociedade.

Pelas prerrogativas e pelo orçamento que tem, o Ministério da Defesa pode causar um impacto avassalador na indução de pesquisa e desenvolvimento nas mais diversas áreas do conhecimento. Em qualquer sociedade moderna, são elas um dos grandes depositários de inteligência e conhecimento. No Brasil, uma das evidências dessa constatação chama-se Embraer.

No momento, discute-se no Governo a possibilidade de dobrar o orçamento das Forças Armadas. Trata-se de uma ótima medida. Mas é preciso saber com que objetivo se deseja engordar as finanças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Passam pela área de defesa definições importantíssimas de política externa e interna. À medida que o Brasil avança pelo mundo, adquire um protagonismo que não tinha no passado. Para avalizá-lo, porém, é fundamental que se tenham Forças Armadas devidamente capacitadas para acompanhá-la. Não se trata de ir à guerra, como um fim em si, mas de cancelar as ações da diplomacia brasileira.

Basta lembrar nossas recentes participações em forças de paz em lugares instáveis, como o Timor e, principalmente, o Haiti. Este país, aliás, nos remete a uma outra discussão estratégica, fundamental neste século. Qual o desenho de que precisamos para nossas Forças Armadas? Que combinação é mais adequada para homens, armamentos, táticas e estratégias? O Haiti é um excepcional exemplo de como o caráter da ação militar, nesta virada de

século, sofreu um desvio de percurso. Afinal, quem é o inimigo por lá? O Exército Brasileiro desempenha, naquele país, menos funções militares tradicionais e muito mais funções policiais.

A guerra do Iraque também vai permanecer, por muito tempo, no centro das discussões estratégicas mais relevantes. É uma guerra convencional, uma luta de contra-insurgência, uma ação policial ou um pouco de tudo?

Internamente, temos outra face da mesma moeda. Existe uma gigantesca parcela da população que gostaria de ver as Forças Armadas desempenhando um papel mais ativo e ostensivo, principalmente nas ruas das grandes cidades. É este o seu papel? Estão treinadas para esse tipo de ação policial? A pergunta é relevante porque a segurança é, segundo pesquisas de opinião, um dos quatro temas considerados fundamentais pelo eleitor brasileiro. Os outros três são o conceito de inclusão, transparência e oportunidade. E todos passam por dentro do papel do Ministério da Defesa e das Forças Armadas no Brasil.

Em matéria de inclusão, as Forças Armadas são, de longe, a fatia do Estado brasileiro que mais pode receber aplausos por suas políticas. Lá, qualquer pessoa, do mais rico ao mais pobre, não importa cor e classe social, pode chegar ao ápice da carreira. Por mérito.

É também nas Forças Armadas que outro conceito igualmente importante, o de oportunidade, revela-se brilhantemente. No imaginário do cidadão brasileiro, oportunidade é assegurada pela educação. Uma carreira militar significa que a pessoa estará em constante aprendizado, até o momento em que dela se retira.

Por último, trata-se de uma instituição transparente. Seus níveis de corrupção são ínfimos se considerado o histórico do Estado brasileiro. Além disso, seus critérios de promoção, por exemplo, são entendidos claramente desde

o primeiro dia em que alguém passa a fazer parte da Marinha, da Aeronáutica ou do Exército.

A crise no setor aéreo, em curso nos últimos meses, tem deixado seqüelas gravíssimas. Uma delas é o enorme descrédito não somente para a Aeronáutica mas para o Ministério da Defesa e, por consequência, para os militares. Podemos gastar páginas desfilando-os pelas passarelas da vida pública brasileira. Mas o pano de fundo não muda. Está escancarada a incompetência e o despreparo da classe política brasileira, independentemente de partidos, para assumir uma responsabilidade como o comando de um Ministério da Defesa.

Felizmente, um político bossa nova, o Governador do Rio, Sérgio Cabral, deu um sinal de que existe luz ao fim do túnel. Já no discurso de posse, mostrou compreender o fato de que o estado reunia o maior conjunto das Forças Armadas do país. Não é somente uma questão de contingentes, navios ou aviões, mas também o melhor da sua inteligência. Afinal, no Rio estão localizadas suas escolas de guerra, assim como, no caso do Exército, a Aman, em Resende. Porém, é apenas um sinal de alguém que, embora importante, não tem sob sua responsabilidade o comando do Ministério da Defesa.

Eis o desafio. Ou os políticos brasileiros decidem preparar alguns destacados representantes para que, no médio e no longo prazo, estejam aptos para responsabilidades nesta área, ou é melhor que a sociedade e, no limite, a democracia se perguntem se é correto o País insistir no atual modelo de Forças Armadas – no qual o comando emana de um Ministério da Defesa indefeso e com o militar brasileiro insultado em suas virtudes.

Esta é a grande lição da crise atual: a exigência imposta aos políticos para que se preparem devidamente, a fim de mostrar, no fu-

turo imediato, competência e responsabilidade compatíveis com a importância estratégica da Defesa.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 29/03/2007)

## **PLANO NUCLEAR PREVÊ SEIS NOVAS USINAS**

*Nicola Pamplona, jornalista*

A proposta de retomada dos investimentos em energia nuclear no Brasil prevê, além da conclusão de Angra 3, uma nova usina a cada três anos, até que a tecnologia responda por 5% do parque gerador. Está prevista a construção de quatro a seis usinas, a partir da próxima década, até 2030, em duas centrais de porte semelhante à de Angra dos Reis.

Esse é o teor do programa de energia nuclear ao qual o Estado teve acesso, já encaminhado para avaliação do Governo, segundo o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Gonçalves. A primeira central seria instalada no Nordeste e a segunda, em local a ser definido.

A viabilidade do programa, porém, depende da decisão sobre a retomada das obras de Angra 3, remanescente do programa nuclear da década de 1970, com capacidade de 1,3 mil megawatts (MW). O tema seria discutido em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no dia 31, que foi adiada. Técnicos do setor acreditam que, após os alertas sobre o aquecimento global, a tecnologia ganha espaço perante alternativas como petróleo e carvão.

Responsável pela formulação de políticas e fiscalização do setor nuclear brasileiro, a CNEN elaborou um projeto detalhado sobre

o futuro da tecnologia no País. Nele, diz Gonçalves, há soluções para problemas polêmicos, como o destino dos rejeitos radioativos – principal crítica de grupos ambientalistas – e fontes de recursos para o desenvolvimento das tecnologias necessárias.

Segundo o executivo, o Brasil deve-se tornar exportador de urânio para financiar os US\$ 500 milhões necessários em equipamentos para produzir combustível nuclear para todas as centrais. Atualmente, apenas 6% das necessidades das usinas de Angra 1 e 2 são totalmente produzidas no Brasil.

“O tema é polêmico”, admite o presidente da CNEN. “Mas precisa ser aprovado ainda neste Governo, já que leva tempo para construir usinas.” Gonçalves trabalha com o prazo do Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que lista a energia nuclear como alternativa para a geração de 4 mil MW novos no período.

No setor, é dada como certa a aprovação de Angra 3 na próxima reunião do CNPE, o que abriria espaço para as discussões sobre as novas centrais. “Está na hora de o Brasil debater o tema”, concorda o físico Luiz Pinquelli Rosa, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Atualmente, a Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, é a única voz contrária à conclusão do projeto no conselho, formado por sete ministros, um representante dos estados e dois da sociedade civil. A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria mudado de opinião após a divulgação de novos cálculos sobre o preço da energia de Angra 3, a R\$ 138 por MWh, próximo dos padrões dos últimos leilões de energia.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, de 11/02/2007)

## O PAC PRECISA DAR CERTO PARA QUE O BRASIL CRESÇA

*Por Klaus Kleber*

Para o economista João Paulo dos Reis Velloso, é preciso torcer pelo sucesso do PAC para que a atual geração possa ver o Brasil crescer.

Poucos intelectuais brasileiros são tão antenados com questões ligadas ao desenvolvimento quanto o economista e ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, que comandou a elaboração e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo Geisel (1974-1979) e que há alguns anos é superintendente-geral do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), com sede no Rio. Muito ativo, o Inae promove regularmente fóruns nacionais para debate de questões político-econômicas (inovando, há pouco, com um fórum pela internet). Velloso não gosta muito de falar sobre “coisas de outra época”. Está mais interessado em debater propostas voltadas para o futuro, inseridas no “Projeto de Brasil” que coordenou com Roberto Cavalcanti de Albuquerque e lançadas recentemente em livro. No entender de Velloso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não é comparável ao II PND nem ao Plano de Metas do governo JK, pois não é um plano de desenvolvimento. É um programa válido, porém, não só para resolver gargalos de infra-estrutura, mas também como a primeira peça de uma engrenagem, confiando que, como prometeu o Presidente Lula, uma segunda etapa – a das reformas estruturais – virá.

*Com o PAC, o Governo definiu os projetos que vai executar, uma boa parte deles em andamento, no período de 2007 a 2010. Definiu também quanto vai investir: serão R\$ 503,9 bilhões, dos quais*

*R\$ 274,8 bilhões (54,5%) serão destinados à área energética. Isso dará novo ânimo aos empresários e atrairá capitais do exterior?*

O PAC é constituído de cinco blocos de ações, e só um deles se refere aos projetos de investimento em infra-estrutura. Então, é preciso considerar o efeito combinado dos cinco blocos, do ponto de vista de dar ânimo aos empresários e atrair capitais do exterior. Os outros quatro blocos são: estímulo ao crédito e ao financiamento (e ao mercado de capitais); melhora do ambiente de investimento; remuneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e medidas fiscais de longo prazo. Mesmo colocando foco nos investimentos em infra-estrutura, duas coisas devem ser destacadas: a melhoria da infra-estrutura fortalece a competitividade do setor privado, nacional e internacionalmente; e o setor privado terá vários tipos de oportunidade de participar diretamente: recebendo concessões, realizando obras e sendo fornecedor (de equipamentos e outros bens e serviços). Como ilustração, o programa de investimentos da Petrobras inclui uma verdadeira ressurreição do setor de construção naval (inteiramente privado), que era muito importante na década de 1970 e que foi praticamente destruído na de 1980.

*Como prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o superávit primário continuará em 4,25% do PIB em 2007 e nos anos subsequentes até 2010. O Governo estima, porém, que o total líquido de juros pagos, que em 2007 deve corresponder a 5,6% do PIB, possa cair para 5% em 2008, 4% em 2009 e 3,9% em 2010. Isso, junto com outras medidas de contenção dos gastos, deve permitir que o déficit público nominal possa cair de 1,9% do PIB em 2007 para 0,2% do PIB em 2010, quase déficit zero. Com isso, a dívida líquida do setor público não-financeiro cairia de 48,3% este ano para 39,7% daqui a quatro anos. Há consistência nessas estimativas?*

Tudo isso é uma combinação de intenções ou definições de política macroeconômica com simples "previsões" (exemplo: taxas de crescimento do PIB). Haverá consistência se as coisas correrem dentro do desejado ou esperado. Exemplos: trajetória da taxa Selic nominal, taxa de inflação, taxa de crescimento real do PIB (e suas conseqüências: dívida líquida do setor público em porcentagem do PIB). Previsão quantitativa em economia é isso mesmo, porque o futuro não está contido no passado. Talvez, quanto ao PIB, fosse mais razoável prever intervalos de variação, de forma crescente. Por exemplo: 4 a 5%; 4,5 a 5%; 5 a 5,5% etc. Ou seja, uma elevação gradual da taxa, com margem de variação, como se faz no caso das metas de inflação. Inclusive para facilitar a conciliação entre inflação e crescimento.

*Alguns dizem que se trata de uma grande aposta e depende, fundamentalmente, de que a arrecadação de impostos cresça aceleradamente junto com a economia, sem gerar pressões inflacionárias, e que os juros caiam também de forma constante. Isso é viável?*

A dúvida maior é sobre a trajetória de crescimento do PIB. Se o crescimento do PIB for acelerando, de forma sustentada, tudo indica que a arrecadação tributária fará o mesmo. Sem elevação da alíquota de tributos, e até com certa redução gradual.

*Para evitar que o PAC caia no vazio, como o "pacote 51" do governo FHC, o Governo criou um comitê gestor do PAC, composto por quatro ministros, os quais também vão dirigir o grupo executivo que comandará o programa. Pode dar certo? Não seriam necessários vários grupos de trabalho, tipo GEIA, Geipot etc., como no passado?*

Criaram-se um Comitê Gestor do PAC no nível ministerial (CGPM) e um Grupo Executivo do PAC no nível de subchefia da Presidên-

cia e secretarias de ministérios. É uma combinação que pode funcionar. Desde que haja informação adequada e acompanhamento da ação. Sem monitoramento, de forma continuada, é difícil haver resultados. Mas pode funcionar.

*O PAC é mais parecido com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek do que com o II PND, por exemplo, uma vez que visa resolver questões setoriais, mas não chega a definir uma estratégia de desenvolvimento?*

O PAC define a si próprio como um Programa de Aceleração do Crescimento. E não como Plano de Governo ou Plano de Desenvolvimento. E o Presidente Lula, no discurso de lançamento do PAC, foi explícito: trata-se de uma peça de uma engrenagem. Haverá novas etapas. E já anunciou a segunda etapa. Entendemo-lo, pois, como a primeira fase de um processo. O Plano de Metas e, principalmente, o II PND eram Planos de Desenvolvimento. O que veio depois foram medidas de execução.

*O PAC foi bem recebido pelos empresários, mas eles preveniram que o Brasil não pode crescer 5% (o PAC fala em 4,5% em 2007) com deficiência prevista de energia a partir de 2008. O que lhe parece?*

“Deficiência prevista de energia a partir de 2008” soa como bola de cristal, dependente de uma série de variáveis, ainda não bem definidas. Parece-me que devemos aguardar a evolução dos acontecimentos, executar o PAC e começar a definir as etapas seguintes.

*Empresários lamentam que o Governo não tenha previsto, até agora, a realização de reformas estruturais, principalmente a tributária, bem como medidas para melhoria da qualidade do gasto público. O PAC reconhece que o crescimento depende do aperfeiçoamento da política fiscal, com manutenção das conquistas sociais dos últimos anos. Pro-*

*põe também a criação de um Fórum Nacional da Previdência Social, a instituição de um fundo de previdência complementar para funcionários públicos, marcos regulatórios mais confiáveis, mas tudo parece muito vago. Essas críticas são procedentes?*

Já que vai haver novas etapas, tentemos, como sugere o Projeto de Brasil, do Fórum Nacional, fazer com que elas evoluam no sentido de enfrentar um duplo desafio. De um lado, a superação dos obstáculos que ainda faltam para termos o crescimento rápido e, principalmente, a camisa-de-força em que se encontra o orçamento federal: 90% dos gastos não-financeiros são despesas obrigatórias. O que significa: a margem de decisão refere-se aos restantes 10%. Isso significa a necessidade de mudar parâmetros, ou seja, ter limite não apenas para gastos de pessoal, mas com relação a todos os tipos de gasto. E para os três poderes. Não só o Executivo, mas também o Legislativo e o Judiciário. Ao mesmo tempo, fazer uma revisão das funções e estruturas dos ministérios, objetivando a contenção de despesas. Com isso, começa-se a criar condições para viabilizar a redução da carga tributária – um dos inibidores dos investimentos do setor privado. E temos também de manter o olho voltado para a continuação da política de redução gradual da taxa básica de juros (e dos *spreads* bancários) – outro inibidor. E olho voltado, igualmente, para o problema do câmbio flutuante – que flutua para baixo –, um terceiro inibidor. O outro lado do desafio diz respeito à necessidade de uma estratégia de desenvolvimento que nos leve para o novo paradigma econômico do nosso tempo – a inovação e a economia do conhecimento. Podemos superar todos os obstáculos, preparar bem as bases e o crescimento não acontecer. Superação de obstáculos e construção das bases são necessários, mas não suficientes. Sem estratégia, o crescimento virá devagar.

*Do total de investimentos em infra-estrutura, R\$ 437 bilhões, ou seja, 86,7% dos R\$ 503,9 bilhões, devem provir de empresas estatais e do setor privado. Só R\$ 67 bilhões (13,3%) viriam de recursos orçamentários. Acha boa essa proporção em razão da situação do setor público hoje em dia?*

A pequena participação dos recursos orçamentários parece estar dentro do possível, no momento, por causa da camisa-de-força mencionada. Em 1985, os investimentos corresponderam a 3% da Despesa Não-Financeira (em 1987 eram 15%). Com a previsão do PAC, já aumenta um pouco a participação dos investimentos.

*Qual a sua opinião sobre o critério de regionalização dos investimentos previstos no PAC? Recordo que no Projeto de Brasil, que o senhor coordenou, é mencionada a falta de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste e para a Amazônia e de coordenação de agências executivas. O que muda a esse respeito?*

A regionalização de investimentos apresentada no PAC refere-se a programas de infra-estrutura. Parece razoável. Entretanto, se quisermos que o Nordeste e a Amazônia cresçam rapidamente, vamos precisar de uma estratégia de desenvolvimento, baseada principalmente em expansão de exportações, para o resto do país e para o exterior. É um modelo exportador, como cabe a economias pequenas. Daí a necessidade de se ter o engajamento das agências executivas para promover o aproveitamento das oportunidades regionais e locais dessas regiões.

*O Projeto de Brasil discorre também muito sobre educação, universalização do ensino médio, inclusão digital, políticas especiais de emprego. O PAC sobre isso também é vago, senão omisso. Qual a sua opinião?*

O Projeto de Brasil é muito mais abrangente que o PAC. Este, pela sua própria concepção, é uma primeira etapa, como já disse. Deseja-se, então, que seja feita a evolução, nas etapas seguintes, até se ter algo nos moldes de um projeto nacional.

*A utilização do FGTS para financiar o PAC já vem provocando reações negativas por parte de entidades sindicais. O retorno dos projetos anunciados só se daria a mais longo prazo ou haveria uma forma de remunerar o FGTS que garantisse, pelo menos, a TR mais 3%?*

A utilização do FGTS em um fundo de investimento em infra-estrutura deve assegurar um rendimento mínimo anual ao patrimônio líquido do FGTS. É o que acontece nas Parcerias Público-Privadas (PPP), para investimentos em infra-estrutura. Logo, parece razoável querer o mesmo para o FGTS, que é um fundo dos trabalhadores.

*No balanço geral, qual é a sua impressão?*

A síntese do meu comentário final é: devemos abrir um crédito de confiança ao PAC. E estar atentos para que ele realmente aconteça. E desejar que evolua no sentido de virmos a ter um Plano de Desenvolvimento completo, ao fim das sucessivas etapas, de modo a dar oportunidade à geração atual, que praticamente nunca viu o Brasil crescer (em termos de renda *per capita*).